DIREITO DE RESPOSTA

Em respeito à verdade dos fatos e à honra de **PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA CASTRO**, vimos por meio deste exercer o constitucional **Direito de Resposta**, em razão da matéria veiculada no LUPA1, intitulada ***"PF apreende 700 cestas básicas usadas em suposta ação política em Sigefredo Pacheco"***, publicada em seu portal de comunicação, em 02 de julho de 2025, assim como qualquer outro meio de comunicação.

Inicialmente, cumpre esclarecer que **Paulo Henrique não praticou qualquer ato irregular** no processo de distribuição de cestas básicas no município de Sigefredo Pacheco-PI. A solicitação das cestas foi formalmente realizada junto ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), **dentro dos parâmetros legais da Portaria MDS nº 1.023/2024**. Sua participação restringiu-se ao encaminhamento de uma solicitação, como líder comunitário, junto ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), com o objetivo de atender comunidades em situação de vulnerabilidade alimentar.

As **Cestas básicas entregues à população foram requisitadas de maneira legítima e institucional**, conforme comprova o processo administrativo nº 55000.008079/2025-75. Toda a operação foi coordenada pelo servidor público federal **Augusto César Monteiro da Silva**, devidamente designado pelo MDA/MDS para acompanhar e fiscalizar tanto o recebimento quanto a entrega das cestas aos beneficiários.

Paulo Henrique apenas **acompanhou, como cidadão e líder comunitário**, a entrega das cestas às famílias em situação de vulnerabilidade. Não se trata de ação vinculada a qualquer campanha eleitoral, pois **não estamos em período eleitoral**, tampouco há confirmação de futura candidatura por parte do sr. Paulo Henrique. Portanto, a tentativa de politizar sua atuação social é **injusta, infundada e sensacionalista**.

Ressalta-se ainda que a distribuição ocorreu com **total transparência, dentro da legalidade, sem qualquer viés político ou desvio de finalidade**, tendo como

foco exclusivo o atendimento humanitário às famílias em situação de insegurança alimentar.

Frisa-se ainda, que **sua defesa recorrerá da decisão judicial que determinou o mandado de busca e apreensão**, a qual se trata de medida inicial e passível de reversão.

Dessa forma, requer-se a **publicação integral e com o mesmo destaque da presente resposta**, nos termos do art. 5º, inciso V, da Constituição Federal e da legislação que regula o direito de resposta. Logo, espera-se que este veículo de comunicação, zelando pelo compromisso ético com a informação, publique este Direito de Resposta com a mesma visibilidade dada à matéria original, para que os leitores possam conhecer a versão dos fatos apresentada por quem diretamente foi afetado.

Sigefredo Pacheco/PI, 02 de julho de 2025.

Paulo Henrique de Oliveira Castro
(Líder Comunitário)